



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

MARIANA GAMA DA SILVA

A POLÍTICA EM *ESAÚ E JACÓ*

BRASÍLIA

2014

MARIANA GAMA DA SILVA

A POLÍTICA EM *ESAÚ E JACÓ*

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES - do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB -, tendo como orientadora a Prof^a Dra. Cinthya Costa Santos.

BRASÍLIA

2014

MARIANA GAMA DA SILVA

A POLÍTICA EM *ESAÚ E JACÓ*

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES - do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB -, tendo como orientadora a Profª Dra. Cinthya Costa Santos.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Cinthya Costa Santos (UniCEUB)

Profª. Dra. Simone Silveira de Alcântara (UniCEUB)

Profª. Dra. Olívia Rocha Freitas (UniCEUB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me dar o dom da vida e a oportunidade de usufruir de um dos maiores prazeres dela: aprender.

Aos meus queridos e amados pais, Kellen e Gonzaga, que nunca deixaram de me apoiar e sempre procuraram o melhor para mim.

A todos os professores que contribuíram para o meu crescimento ao longo dessa jornada, em especial à professora Olívia, por exercer sua profissão com uma alegria linda e contagiante, a qual me serviu como fonte de inspiração.

Aos meus amigos, colegas e a todo corpo docente do UniCEUB, em especial ao José Romário, amigo que conquistei aqui e quero levar para o resto da vida.

Ao meu mais nobre amigo Yago Rodrigues.

Ao meu melhor amigo Marcus Ramone, por me acompanhar desde o início dessa jornada e desde quando tive a sorte de conhecê-lo, motivando-me, alegrando-me e aconselhando-me quando mais preciso.

Por fim, mas não menos importante, a minha professora e orientadora Cinthya, por me incentivar quando mais me encontrava desmotivada e ter me guiado até aqui com uma admirável simplicidade, muita sabedoria, dedicação e paciência.

*A arte é a mentira que nos mostra a
verdade.*

Pablo Picasso

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar os aspectos políticos na obra *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Utilizar-se-á o método indutivo, o qual emprega a indução de determinados dados para concluir uma verdade geral. A hipótese central deste trabalho é que o narrador interpreta tais aspectos com ambiguidades sutis, descrições da sociedade do Segundo Reinado e intertextualidades. Assim, para atingir esse objetivo, será realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de uma análise bibliográfica, a qual visa usufruir de textos relevantes para um melhor estudo e uma compreensão dos aspectos políticos do romance *Esaú e Jacó*. Para isso, utilizar-se-á o seguinte referencial teórico: de Raymundo Faoro, o qual faz uma análise crítica de vários textos machadianos; Roberto Schwarz, ao tentar discernir o perfil dos aspectos da sociedade brasileira; Massaud Moisés, como guia para a análise literária; Antônio Candido, para a compreensão de teorias e estudos sobre Machado de Assis e Alfredo Bosi, para auxiliar no entendimento do movimento realista.

Palavras-Chave: Segundo Reinado. Política. Esaú e Jacó. Machado de Assis. Sociedade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. EMBASAMENTO TEÓRICO	3
1.1 AS IDEIAS FORA DO LUGAR EM <i>ESAÚ E JACÓ</i>	3
1.2 A ESCALA DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	6
1.2.1 As camadas da Sociedade da Ficção Machadiana.....	7
1.2.2 O topo da Classe Social.....	7
1.2.3 A boa sociedade.....	8
1.2.4 A relação entre os abastados do Segundo Reinado e o Poder.....	10
1.2.5 Os títulos e sua importância no Segundo Reinado.....	12
1.2.6 O homem visualizado na ficção machadiana.....	12
1.2.7 A figura mitológica do imperador.....	14
1.3 REALISMO.....	15
1.4 ESTUDOS MACHADIANOS.....	18
2. METODOLOGIA E ANÁLISE	21
2.1 O MÉTODO INDUTIVO E A PESQUISA QUALITATIVA.....	21
2.2 COMPREENDENDO A ANÁLISE.....	23
2.3 SÍNTESE DA OBRA.....	24
2.4 ANÁLISE LITERÁRIA.....	26
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
4. REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende realizar uma análise da obra *Esaú e Jacó* (1904), de Machado de Assis, visando compreender os aspectos políticos presentes neste romance. A pesquisa qualitativa bibliográfica é necessária neste trabalho monográfico para deixar o pesquisador mais próximo da ciência a ser pesquisada e para saber o que outras pessoas pensam sobre a mesma; esta é realizada por meio de documentos, sejam eles escritos ou não, particulares ou públicos. Quanto à metodologia, adotar-se-á o método indutivo, o qual almeja alcançar resultados por meio de uma premissa inicial de dados particulares que foram constatados tendo como conclusão uma generalização de tais dados, partindo do específico para uma verdade universal, porém não necessariamente verdadeira.

A obra *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis relata a passagem da Monarquia à República e vários aspectos políticos presentes nessa fase da história. É perceptível a relação que se tem entre a literatura e a história nesse romance. Assim, após a leitura e reflexão do livro *Esaú e Jacó*, o tema da presente pesquisa foi escolhido objetivando perceber a maneira e os recursos literários que a referida obra interpreta os aspectos políticos do Segundo Reinado, conseqüentemente, tem-se como problema de pesquisa **Como as ideias políticas do Segundo Reinado são interpretadas no romance *Esaú e Jacó*?** A hipótese central dessa pergunta é que o narrador consegue interpretar os aspectos políticos na obra por meio de ambigüidades, intertextualidades, tiradas jocosas e várias intervenções do mesmo.

A leitura das obras machadianas engrandece, enriquece e agrada o leitor. O texto machadiano apresenta críticas, o autor toca na ferida e, não satisfeito, amarrota-a, de forma sutil e fina, encantando o leitor. É comum o leitor machadiano ter sentimentos como emoção, admiração e choque. Para provocar tais sensações, Machado de Assis relata temas sérios como políticos, sociais, indentityários e problemas comuns do homem de forma direta. O autor vai direto ao ponto sobre aquilo que quer aduzir em seu texto, fazendo com que o seu leitor reflita sobre aquilo que leu.

Para atingir os objetivos, realizar-se-á uma análise documental de pesquisas e livros que abordam a temática do Segundo Reinado, Machado de Assis e

Realismo brasileiro. Este trabalho se organiza em dois capítulos. O primeiro apresentará dois estudos sobre o autor Machado de Assis e seus textos, uma breve apresentação do que foi o movimento realista e um ensaio de Robert Schwarz intitulado como *Ao vencedor as batatas*. O segundo capítulo buscará compreender o que é uma análise literária, o entendimento do que é a metodologia indutiva, a pesquisa qualitativa bibliográfica, uma síntese do romance com o intuito de situar o leitor desta pesquisa e a análise dos aspectos políticos no romance *Esaú e Jacó*, problema central deste trabalho.

A expectativa dessa pesquisa é que, não só os estudantes das letras e os professores, mas sim todas as pessoas que desejam sempre aprender e conhecer coisas novas compreendam que a obra machadiana estabelece uma relação de interpretação específica das ideias políticas presentes no Segundo Reinado e também a relação da literatura, no caso a machadiana, com a história.

CAPÍTULO 1

EMBASAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo pretende-se analisar fontes teóricas para contribuir com a resolução do problema central desse trabalho, que é **Como as ideias políticas do Segundo Reinado são interpretadas no romance *Esau e Jacó*?** Para isso, o referencial teórico a ser utilizado nesta pesquisa qualitativa bibliográfica será *As ideias fora do lugar*, de Roberto Schwarz, *A pirâmide e o trapézio*, de Raymundo Faoro, e *Esquema Machado de Assis*, de Antônio Candido.

1. AS IDEIAS FORA DO LUGAR EM *ESAÚ E JACÓ*

O ensaio *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz, busca compreender as características principais da sociedade brasileira do século XIX. Focar-se-á aqui, no capítulo introdutório deste estudo, intitulado como *As ideias fora do lugar*, o qual objetiva traçar o mecanismo social do Brasil ou, como o próprio autor relata como “chão histórico, de experiência intelectual” (SCHWARZ, 1977, p.16). O estudo de Schwarz é fundamental para compreender a ideologia que estava presente no Brasil império: o liberalismo.

O título do livro foi retirado da obra *Quincas Borba*, de Machado de Assis. Esse trecho funciona como o “ditado” do romance. Em síntese, o fragmento expõe que o vencedor, aquele que luta, que batalha e que se esforça, merece o “prêmio”. Segundo Assis (2004, p.19):

Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que

virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

Schwarz utilizou a metáfora da obra para argumentar no decorrer de seu texto, acerca da identidade do brasileiro. Já o título do capítulo, *As ideias fora do lugar*, consente com o tema do texto e a realidade da ideologia do sistema do Brasil; Ideias liberalistas, positivistas e humanitaristas na teoria são adotadas pelo país, porém, infelizmente, na prática, não é exatamente assim que as coisas funcionam. O Brasil, segundo Schwarz, é um país escravocrata, conservador e oligárquico. Schwarz justifica isso em seu estudo e os motivos os quais levam a identidade do brasileiro a ser assim. Dessa forma, o autor inicia seu ensaio relatando um princípio da economia política, o trabalho livre, o qual, no século XIX, não era adotado pelo Brasil, mesmo já adotando ideias liberalistas.

O autor intitula o Brasil como uma *comédia ideológica*, tendo em vista que o referido país adota ideias, mas não as pratica. Adotar tais ideias parecia tornar a identidade do país mais culta e moderna, então, na teoria, foram adotadas. As ideias liberalistas (liberdade de trabalho, cultura desinteressada, igualdade perante a lei, etc.) também eram apenas ideias na Europa, mas lá conseguiu se aproximar um pouco mais da realidade. Uma sociedade que possui lucro, *mais valia*, para o “patrão” ou empresário, não é totalmente igualitária, tendo em vista que o lucro ia apenas para o patrão. Apesar disso, lá as coisas iam caminhando com o objetivo de que o liberalismo correspondesse à realidade e se tornasse algo real. Mas, aqui no Brasil, o liberalismo chega como algo impróprio, pois era como se o terreno daqui estivesse infértil para tal ideologia, tendo em conta que a escravidão era algo presente na sociedade. Assim como as ideologias eram artificiais no Brasil, segundo Schwarz, acontecia o mesmo com a literatura romântica, pois o romance brasileiro segue os moldes do europeu.

Embora o país tenha um sistema liberal, o regime é escravista. A Declaração dos Direitos Humanos foi transcrita na Constituição Federal em 1824, porém foi somente em 1888 que a escravidão desse país foi abolida. Mesmo abordando na própria bandeira, símbolo representativo de uma nação, o lema da filosofia positivista, a ideia está fora do lugar. Assim, Schwarz (1977, p. 13) afirma:

(...) havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles.

Uma das consequências desse sistema escravocrata com ideologia liberal, algo totalmente novo, exótico e hipócrita, para o país é a formação de três grupos sociais: latifundiários, os donos de terras; escravos, pertencentes aos latifundiários; e o homem livre, o favorecido. Schwarz concentra-se no terceiro grupo. O homem livre consegue sobreviver graças ao favor, ainda hoje tão presente em nossa sociedade, pois, como o sistema era escravocrata, não tinham muitas oportunidades de trabalho para esses homens. A relação de favor acontecia entre dois grupos sociais, a do homem livre, o que presta o favor; e o de quem necessita desse favor, geralmente é a que tem algo que o homem livre não tem, no caso, o latifundiário. Schwarz esclarece que o favor é arbitrário, o favorecido ou o fator não são obrigados a aceitarem ou a fazerem determinado favor. Esse favor está presente em todas as esferas da sociedade, desde a origem mais simples até a mais abastada. O favor se tornou uma característica da identidade brasileira, ou, como o próprio autor nomeia, “o favor é a nossa mediação quase universal” (SCHWARZ, 1977. p. 16). Essa cultura do favor e do escravismo foi criticada na Europa, pois o Brasil se diz adotar o liberalismo, porém na prática ele o destrói. Mas Schwarz afirma que tem de se levar em consideração que, aqui no Brasil, a realidade política, social e econômica era outra. Antes o nosso país funcionava apenas para prestar tributos a outros países, enquanto eles enriqueciam e visavam ao capitalismo.

Para Schwarz, apesar de o favor ser perverso por beneficiar o homem livre e o latifundiário, ser impagável e principalmente informal não é tão grave. A gravidade maior da ideologia do favor é que ela se generalizou, grande parte dos homens livres não tinha estudo nem determinada especialização, assim, não tinha favor para todos. O favor é um dos fatores que elimina a possibilidade de progresso da sociedade. Nele a lei é flexível para determinada camada social, a que tem poder, seja político ou econômico. A lei se torna flexível para os favorecidos de uma sociedade, ou seja, por exemplo, a pena de um crime cometido, para um sujeito comum (que não é favorecido no favor), é muito maior do que para o favorecido.

Schwarz esclarece que o favor também está presente no exterior, entretanto, a ênfase que é dada a ele aqui é muito maior. Afinal, não existe liberalismo total nem mesmo na Europa, mas lá se aproxima bastante dessa ideologia. O favor está presente em todas as esferas da sociedade, desde a mínima até a máxima. Ao contrário da escravidão, que destruía a autoestima do escravo, o favor favorece o sujeito, fazendo que ele se sinta especial, sendo que é igual aos demais. Assim, Schwarz (1977. p.17) afirma:

O escravismo desmente as ideias liberais, mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorbe e desloca, originando um padrão particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e autoestima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados.

Assim, por o favor ser arbitrário e engrandecedor ao homem livre e a seu benfeitor, ele nunca foi denunciado. Pois os membros da sociedade não denunciavam nem denunciam algo que os beneficiam. Além disso, para muitos era considerado como liberalismo, pois o beneficiado e o benfeitor não tinham nenhuma obrigação para exercer o favor, como na escravidão, que o escravo era obrigado a cumprir determinada ordem do seu senhor.

O Brasil utiliza as ideias europeias, entretanto não consegue adotá-las na prática. As ideias estavam e estão fora do lugar. Aqui o terreno não era fértil para esse fruto. Esse problema servirá de matéria para a literatura, embora nem todos os escritores saibam disso e nem precisam saber para escrever. Para o crítico, os problemas da sociedade sempre serviram e sempre vão servir como matéria para o romance.

1.2. A ESCALA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O estudo “A pirâmide e o trapézio”, de Raymundo Faoro aborda uma análise das obras e textos do escritor Machado de Assis de forma excepcional, além de comprovar que é possível estudar, analisar e aprender sobre a sociedade por meio

da literatura. Em sua análise, Faoro cita vários trechos de obras de alguns estudiosos, como, Joaquim Nabuco, Sérgio de Franco, Francisco Lisboa entre outros para fundamentar seu livro. O método utilizado pelo autor é, inicialmente, explicar um fenômeno presente na ficção machadiana e na sociedade do Segundo Reinado e exemplificar com citações do referido autor.

O livro de Faoro se divide em seis capítulos, cada um com aproximadamente cinco subitens. Embora a obra seja longa, aproximadamente 500 páginas, e densa; ela é engrandecedora por fazer uma análise minuciosa da essência da ficção machadiana: o homem do Segundo Reinado.

Pretende-se, nesse trabalho, realizar uma análise do romance “Esaú e Jacó”, do referido autor, o estudo de Faoro contribuirá profundamente para a realização dessa análise de uma forma mais densa e completa.

1.2.1 As camadas da Sociedade da Ficção Machadiana

“A pirâmide e o trapézio”, capítulo introdutório da análise de Faoro, trata-se sobre as camadas da sociedade, como ela se organiza e a maneira que Machado de Assis a relata em sua ficção. Esse capítulo é essencial para analisar a classificação das camadas e grupos sociais da sociedade do Segundo Reinado e perceber como Machado de Assis a relata na sua obra, além disso, ajuda a compreender como a ficção machadiana é atemporal, pois os problemas, ou a essência deles, são os mesmos.

1.2.2 O topo da Classe social

Nas obras machadianas, pode-se perceber que, o autor tenta descrever o perfil e as funções sociais do homem. Tal descrição ocorre no momento em que o autor viveu (séc. XIX), e não necessariamente no momento em que a obra é lida. Segundo o Faoro, Machado de Assis tentou “Discernir o perfil da hora transeunte nos caracteres (...) não o homem e a época, mas o homem e a época que se criaram na tinta e não na vida real” (FAORO, 1988, p. 15). Tem-se aqui, uma dualidade de

ideias, o encontro de épocas distintas, uma nova, que está nascendo, e outra que se parte, a qual pode ter ideias que parecem ser absurdas e longínquas para os que estão presentes na nova época. Também se percebe que há a presença de personagens com títulos de barões, conselheiros, comerciantes, capitalistas, ministros, etc., no decorrer das narrativas. Todos esses, se colocarmos em uma pirâmide social, estão no topo, misturados, mesmo não desempenhando a mesma função social.

Segundo Faoro, “A vida era dominada pelos principais, vinculados à Câmara, gente de dinheiro ou influência” (1988, p. 17). O dinheiro estava extremamente relacionado com a reputação social, porém, para ter esse, não basta ter uma boa renda, mas, sim, uma educação e um modo de vida nobre. Assim, Faoro explica que, no contexto da sociedade do século XIX, um indivíduo com uma boa renda, para alcançar o prestígio social, tentava adquirir títulos. A classe social de um sujeito definia a “responsabilidade” dele perante a sociedade, e não só isso, mas a forma que os membros desta mesma sociedade o viam.

1.2.3 A boa sociedade

Faoro esclarece que a sociedade não é rígida, não existe mais aquele determinismo que os membros da sociedade estavam condenados a permanecer. Segundo o autor, “as posições sociais não têm dono, há os que sobem e os que descem; há a luta para subir e crescer numa sociedade” (FAORO, 1988, p.21).

Visto que a sociedade não é rígida, há também a divergência de classes. O autor classifica a sociedade privilegiada como “boa sociedade” e sociedade comum. Essa é composta pelo imperador, pela princesa, pela imperatriz, em suma, todos aqueles que têm determinado poder de governar. Tais figuras estão muito presentes nas obras machadianas, as quais causam inveja nos demais personagens da sociedade comum. É importante relatar que, mesmo se o indivíduo possuir uma boa renda (na sociedade do século XIX) sendo capitalista ou banqueiro, ou tendo profissões do tipo, o mesmo permanece como cidadão comum. O autor nomeia como “a boa sociedade” os membros que a governam e que pertencem a ela.

A hierarquia, conceituada por Faoro como “relações entre as pessoas e as categorias” (1988, p. 24) se torna perceptível na relação entre uma classe e a outra. Faoro cita o exemplo de Palha, personagem da obra *Quincas Borba*. O personagem Palha era um diretor de banco. Este foi a dois encontros a trabalho, um com um ministro e outro com um comerciante. Primeiro foi ao ministro para cuidar de uma declaração. O banqueiro se atrapalhou muito para mostrar o negócio ao ministro, “copiando atitudes e gestos para orientar a própria conduta” (FAORO, 1988, p.24) curvava-se, pedia desculpa para manter o respeito, sorria venerando-o. Quando saiu da casa do ministro, saiu humilhado e com vergonha de si mesmo. Percebe-se aqui uma diferença entre o grupo da “boa sociedade” e os que apenas têm poder econômico. Mesmo se um indivíduo do século XIX tiver determinada ascensão social, ele se preocupa com sua origem genética, o qual é um fator que influenciava para ser um sujeito presente no grupo da *boa sociedade*. Entende-se aqui a clara distinção entre ascensão social (poder aquisitivo de renda) e nobreza, esta vem da família, educação e modos. Segundo Faoro:

Burguesia insegura de sua força e seus poderes, nobilita-se e se afidalga por todos os meios, pela imaginação, falsificação ou imitação (...). Burguesia mascarada de nobreza, incerta de suas posses, indefinida no estilo de vida (1988, p.25).

O autor classifica os homens que nasceram na classe social inferior em duas formas: A *cunhagem*, na qual o indivíduo faz parte da classe que nasceu e a mesma o aceita; e enriquecimento, o dinheiro alcançado nunca é suficiente para o sujeito, há sempre aquele desejo de ambição, de querer mais. Muitos personagens machadianos têm esse sentimento, como o crítico cita “alguma coisa falta para completar lhes a carreira” (FAORO, 1988, p. 26).

Nenhum personagem machadiano que pertence à *cunhagem*, alcançou uma carreira no senado, a não ser nos pensamentos utópicos desses personagens. É aqui que somente o leitor atento perceberá a oligarquia presente nesse país. Faoro cita exemplos de personagens machadianos que tem a característica supracitada.

Em seguida, o autor relata como alcançar determinada ascensão social: herança ou casar-se com um herdeiro que possui heranças. Não é a luta o fator que

possibilita a mudança de classe. O autor cita o exemplo do personagem Nóbrega, de *Esaú e Jacó*. Em síntese, Nóbrega era irmão das almas, caberia a ele adquirir renda pedindo às pessoas para ajudarem a igreja. Natividade, ao sair contente da cabocla do morro, que havia lhe contado que seus filhos teriam um futuro grande, deu ao irmão das almas dois níqueis de tostão. Nóbrega, ao invés de dar o dinheiro recebido à igreja, ficou com ele, investiu nele e o triplicou. Vinte anos depois desse acontecimento, Nóbrega era uma pessoa com determinado prestígio social e, sabendo que tinha dinheiro, pediu à mão da jovem Flora, porém, ela não aceitou. Faoro argumenta sobre o personagem Nóbrega e sobre essa sociedade de classe “têm a ingênua convicção dos novos ricos de que o dinheiro tudo compra e a todos seduz” (FAORO, 1988, p.30).

Da mesma forma que alguns personagens da literatura machadiana não se importam com essa ascensão social, outros dão extrema importância. É o caso de Sofia, de *Quincas Borba*. A moça, que é de origem humilde, ao casar com Rubião, que ganhou uma poderosa herança de seu amigo Quincas Borba, torna-se rica. Assim, esquece suas antigas amigas mais humildes e familiares.

1.2.4 A relação entre os abastados do Segundo Reinado e o poder

No século XIX, o Brasil era um país em que o sistema rural predominava, ou seja, os donos de terra e os escravos eram os indivíduos que movimentavam os principais polos da sociedade. Nesta parte de sua análise, o autor relata a relação dos fazendeiros e o poder no século XIX. Segundo Faoro (1988, p.38):

“fazenda e escravo são termos de uma equação social, fazenda é poder (...) haveria, no mando do fazendeiro, uma parcela de mando político, capaz de, pela autonomia, coordenar-se contratualmente dentro do organismo do Estado”.

Ou seja, os fazendeiros estavam no poder, tendo em vista que a fazenda era poder, então o fazendeiro tinha determinada força política. Próximo aos latifundiários

há outra classe: comerciantes e os que possuíam capital. Faoro, para exemplificar como a história e a sociedade estão presentes na literatura, citou alguns personagens machadianos. Cotrim, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; Palha, de *Quincas Borba*; e Santos, de *Esaú e Jacó*.

Outro sujeito que se faz tão presente na sociedade do século retrasado e na literatura machadiana é o escravo, a maioria deles era urbano. Mesmo a sociedade do século XIX sendo rural, tendo em vista que quem movimentava os principais pólos da sociedade era o fazendeiro e o escravo, a sociedade da ficção machadiana é a maioria urbanizada. Segundo Faoro, Machado de Assis “soube ver e perceber traços fundamentais, sem extravios rurais” (1988, p. 34).

Faoro relata que, muitas vezes, o personagem machadiano que é dono de terra adquire bem urbano para lhe proporcionar mais rendas, mas é muito raro acontecer desse sujeito virar um comerciante ou banqueiro. Esse sujeito urbano está presente na ficção machadiana. É o que acontece em *Dom Casmurro*, com a Dona Glória:

Quando lhe morreu o marido, Pedro de Albuquerque Santiago, contava trinta e um anos de idade, e podia voltar para Itaguaí. Não quis; preferiu ficar perto da igreja em que meu pai fora sepultado. Vendeu a fazendola e os escravos, comprou alguns que pôs ao ganho ou alugou, uma dúzia de prédios, certo número de apólices, e deixou-se estar na casa de Mata-cavalos, onde vivera os dois últimos anos de casada (ASSIS, 1988, p. 35).

Assim, pode-se concluir que é nesse contexto, com tais sujeitos que surgem os capitalistas do século XIX.

Voltando à figura do escravo, mesmo ele pertencendo à classe social mais baixa, e maior, da pirâmide, ele é fundamental para movimentar o sistema. Sem ele, não existe fazenda. Faoro cita a figura de Jacobina, do conto *O Espelho*, no episódio em que a personagem se encontra sem os seus escravos.

Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes, diante do terreiro deserto e da roça abandonada. Nenhum fôlego humano. Corri a casa toda, a senzala, tudo; ninguém, um molequinho que fosse.

Galos e galinhas tão-somente, um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas, e três bois. Os mesmos cães foram levados pelos escravos. Nenhum ente humano. Parece-lhes que isto era melhor do que ter morrido? era pior (ASSIS, 1988, p. 25).

Percebe-se o susto e o desespero da personagem, a qual representa a sociedade latifundiária do século XIX, ao imaginar a possibilidade da abolição da escravidão.

1.2.5 Os títulos e sua importância no Segundo Reinado

O Segundo reinado foi uma época que teve muitos títulos. Barões, conselheiros, coronéis, comendadores, etc. A ficção machadiana também está recheada de personagens com tais títulos, Faoro destaca dois barões da ficção: barão de Santa Pia (*Memorial de Aires*) e barão de Santos (*Esaú e Jacó*). Em seguida, o crítico cita um trecho da obra de Quincas Borba, no qual o personagem Rubião tem um devaneio sendo o Marquês de Barbacena assinando *Marquês de Barbacena* numa folha. Apesar de o personagem ter poder econômico, ele não possuía o título de Marquês. Faoro esclarece que não basta o sujeito ter dinheiro para ter algum título, mas, para o agraciado ter um título, ele precisa ter condições para tratamento, o qual o título exigia. “Os títulos não importavam vantagens materiais, porém exigiam adequado tratamento: só poderiam usá-los, portanto, os que estivessem em condições de viver à ‘lei de nobreza’” (FAORO, 1988, p. 43).

O crítico questiona o leitor onde estão os viscondes, marqueses, duques e condes nas obras machadianas? Alguns são citados por personagens que possuem títulos, mas não estão tão presentes na obra, Machado de Assis utiliza esse recurso para caracterizar os acontecimentos de uma forma que se aproximem da realidade. Faoro relata que, embora o imperador seja relatado por terceiros ou miragens, o imperador está presente na obra, mesmo que essa presença seja feita pela imaginação dos demais personagens, e é tal referência a responsável por situar o leitor no Segundo Reinado e o prestígio social dos demais personagens, “estar perto ou longe da coroa define o prestígio de cada um” (FAORO, 1988, p. 50). Mas o que seria essa “lei de nobreza”? Segundo Faoro, não havia leis escritas para entrar

na nobreza, pelo contrário, o agraciado do título ou nobre sabia que devia seguir essa lei, pois não se dava títulos a quem não tinha condições de manter o estilo de vida nobre. “Um barão não poderia sofrer aperturas econômicas, nem mendigar, ou se arrastar nas casas de penhores. A baronia sofria um exame prévio, que definia a habilitação para o ingresso no estamento” (FAORO, 1988, p.42).

1.2.6 O homem visualizado na ficção machadiana

Nessa parte do estudo, Faoro faz uma análise dos transportes representados nas obras de Machado de Assis. A ficção machadiana interessa-se pelo homem visualizado. A “coisa” utilizada nas obras para representá-lo é o meio de transporte do século XIX, a carruagem, a qual pode ser classificada como coche, *coupé*, sege, *tílburi* e bonde. Faoro define a carruagem como algo que “fala e vive, tem uma função social e efeitos psicológicos, como se tivesse sua própria alma, haurida da madeira e do ferro” (FAORO, 1988, p. 51).

A carruagem representada na obra machadiana exerce uma função para a obra, não foi utilizada aleatoriamente. Esse é um recurso muito utilizado no movimento realista, o de exercer determinada função para a obra, no caso, a carruagem representa a classe social do personagem que a usufrui.

Na carruagem se compreende um meio de transporte e o luxo que ela representa. As duas funções estão presentes, sendo, quanto ao luxo, o padrão mais próprio com que ele se mede. A carruagem atesta e certifica a mudança social, mostra o estado da sociedade, a decadência de certas camadas e o surgimento de outras (FAORO, 1988. p. 52).

Faoro conclui que cada transporte utilizado funciona como representante de classe do sujeito que a utiliza e todos juntos desempenham a sociedade do século XIX. Assim, Faoro (1988, p. 62) os classifica:

Do coche ao bonde – é toda a sociedade do Império, sobretudo a do Segundo Reinado, que se expressa e se caracteriza. Pelo carro se conhece o homem: símbolo de opulência, da mediania e da pobreza. A carruagem fazia supor as cocheiras, o exército de criados e escravos, tudo articulado para o luxo ostentatório das ruas e praças. O bonde, no outro extremo, é a sociedade democrática que se expande e cresce. O carro esconde e dissimula cabedais; o carro ostenta e põe nu o homem, com seus vícios e sua pobreza. Eles se digladiam nas ruas, com impulsos próprios, honra e prestígio derivados das parelhas – num painel autêntico do que vale cada homem no conceito de outro homem.

1.2.7 A figura mitológica do imperador

Nessa parte, Faoro explica a relevância do imperador em uma sociedade. Ele funciona como autoridade máxima do sistema político. Na literatura machadiana, a figura do imperador aparece diferente do que se via na realidade do século XIX. Por isso, Faoro, ao analisar o imperador nas obras de Machado de Assis, o classifica como um mito. O imperador representado na obra machadiana não aparece personificado, ele está presente nos sonhos, fantasias e imaginações dos personagens. Essa utopia dos personagens com o imperador faz com que este se torne presente na narrativa.

“O D. Pedro de Machado de Assis está coroado com o mito, que o eleva, nas ruas, no coche, no jogo político. Ele ergue os humildes e abate os soberbos, quase como um semideus” (FAORO, 1988, p. 65).

Percebe-se o mito que o escritor cria a respeito do imperador. Quanto ao poder pessoal, o que seria esse poder? Faoro afirma que, mesmo com o parlamento e o principal sujeito que o monta não é o cidadão comum, mas, sim, o próprio imperador. Isto ocorre em várias passagens do romance *Esaú e Jacó*, tendo em vista que uma das temáticas deste romance é a mudança da Monarquia à República. No referido romance, quando o sistema de governo é mudado, o pai dos gêmeos tem vários receios: “Santos receava os fuzilamentos; por exemplo, se fuzilassem o imperador, e com ele as pessoas de sociedade” (ASSIS, 2010, p. 124).

Para exemplificar tal fenômeno, Faoro utiliza um texto de Machado de Assis. A nota semanal de 11/8/1878 conta a história de um jovem que decide plantar lima como ofício de sua vida. Assim a limeira começa a desenvolver-se, mas, infelizmente, não dá frutos. Para obter êxito com suas limeiras, o jovem recorre aos mais diversos recursos para ajudar suas limeiras, mas nenhum dá certo. Após inúmeras tentativas, o jovem desiste do ofício e culpa o sol pelo insucesso da frutificação das limeiras. Faoro utilizou esse conto para comparar com o sistema político. As limeiras seriam os políticos, os quais, após serem bem cuidados e germinados, chegam ao poder, mas não dão os resultados esperados, que seriam os frutos. O moço, o lavrador, seria representado pelos eleitores, esses que dão vida às flores, os responsáveis por fazerem determinado político chegar ao poder. Já o sol, o grande culpado pelo fracasso das limeiras, seria o sistema. Então, Faoro questiona, o responsável pelo fracasso de política é o sistema? Assim, o crítico Faoro concluiu que o problema não é o sistema de governo, mas, sim, a oligarquia, ainda hoje tão presente em nossa sociedade.

1.3 REALISMO

Esaú e Jacó é uma obra pertencente ao movimento Realista brasileiro. Assim, para uma melhor compreensão da obra, é imprescindível conhecer um pouco sobre o referido movimento e analisar a relação que seu contexto histórico tem para com a obra. Moisés esclarece a importância de analisar uma obra, no caso, um romance balzaquiano, levando em consideração o movimento literário a qual a mesma pertence:

A obra pode e deve ser analisada como peça autônoma, em si, desligada de toda conexão com o exterior, mas somente alcançaremos compreender-lhe a estrutura interna e seus conteúdos se recorreremos a estética a qual pertence seu movimento literário (MOISÉS, 1981, p.18).

Assim, objetivando um melhor entendimento do romance *Esaú e Jacó*, pretende-se aqui compreender um pouco do que foi o movimento realismo literário e seu contexto histórico.

O Brasil enfrentou uma grande crise na metade do Século XIX. A economia açucareira estava em crise devido ao término do tráfico de escravos. A classe média partilhava de ideologias liberais e republicanas, esta estava influenciada pelos pensamentos da filosofia positivista europeia. As ideias de abolição de escravidão estavam presentes em toda a sociedade, tendo em vista que a mesma estava inspirada com ideias liberais. Assim, em 1868 surgiu o primeiro partido liberal, o qual possuía ideias abolicionistas, republicanas e era a favor do trabalho livre. A partir dos anos de 1860, a sociedade estava dividida entre dois pensamentos ideológicos: o conservador, do burguês; e o liberal, da classe média.

Deste modo, com esse contexto de várias mudanças políticas (monarquia/republica), sociais (abolicionismo) e ideológicas (conservadorismo/liberalismo), o romantismo com seu sentimentalismo e individualismo não estava correspondendo à realidade do Brasil e também da Europa. A segunda também estava em processo de mudanças: na sociedade o clero estava perdendo aos poucos a sua função, a classe média passou a ter um papel importante; na economia, o dinheiro era a base de tudo, o capitalismo se fez presente e os proletários enfrentavam muitas dificuldades, tendo em vista que não participavam dos lucros de seus patrões e trabalhavam em condições desprezíveis; na ciência, a qual foram realizadas muitas descobertas desfavorecendo o misticismo e valorizando o positivismo, o qual também era uma nova filosofia. O positivismo valorizava o conhecimento que era fundamentado em experiências. Com todas essas mudanças, os artistas não priorizavam mais o sentimentalismo do romantismo, no realismo a ideologia era outra. Os artistas procuravam representar o mundo de forma crítica, com o objetivo de denunciar algo que consideram injusto de uma forma que aproximava a arte da realidade. Massaud Moisés (1978, pgs. 234-237) relata isso da seguinte forma:

(...) em consonância com o pensamento revolucionário e reformador da Geração de 70, o romance abandona o esquema anterior, vigente no Romantismo, segundo o qual a

prosa de ficção [...] era baseada na intriga e visava ao entretenimento, além de ser a apologia do casamento e de suas "verdades" afectivas e morais correlatas. O romance passa a ser, no Realismo, obra de combate, arma de acção reformadora da sociedade burguesa dos fins do século XIX. Transforma-se em instrumento de ataque e demolição, por um lado, e de defesa implícita de ideais filosóficos e científicos, por outro. Procurando mostrar os erros básicos da mentalidade romântica, o romance realista (e o naturalista) propõe-se a revelar que seus alicerces estavam profunda e definitivamente abalados. [...] nos romances realistas, é frequente que o ficcionista cerre as cortinas andes de iniciar-se o encontro genesiaco dos personagens [...] nos romances naturalistas, o ficcionista abre as cortinas e acompanha minucia a minucia o desenrolar da cena, com interesse de cientista ou de sociólogo, a colher o material para uma análise rigorosa e impessoal. O realista estaca, desinteressado e repellido por um espetáculo que julga moralmente asqueroso e digno de combate.

O Realismo brasileiro surge com a publicação do romance “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”, de Machado de Assis. Este romance relata a história de um defunto autor que narra a sua história de vida com memórias que tem dela. Esse movimento é inteiramente influenciado pelas ideias positivistas da Europa, assim, tem como característica personagens presentes representando algo ou alguém na sociedade. O Realismo foi um movimento artístico que buscava analisar aspectos e problemas de uma sociedade, refletir sobre os mesmos e tinha como características a objetividade, visão crítica da sociedade e da realidade, negação do sentimentalismo e do subjetivismo do romance.

Para Lucia Miguel-Pereira, Machado de Assis é o ficcionista representante do Segundo Reinado, tendo em vista que o referido autor viveu 50 anos desse período. Assim, segundo a autora, Machado de Assis:

Representou, sob certos aspectos e em menor escala, para o Brasil de sua época, algo semelhante ao papel de Balzac para a França da primeira metade do Século passado: mostrou como as condições especiais da sociedade que aqui se formou no Império repercutiram sobre os elementos constitutivos da personalidade (PÓLVORA, 1975, p.57).

1.4. ESTUDOS MACHADIANOS

Machado de Assis, apesar de fazer parte da maioria desprestigiada, por ser e ter, segundo Candido “cor escura, origem humilde, carreira difícil, humilhações, doença nervosa” (CANDIDO, 1995, p.1), foi e é considerado um dos grandes nomes da literatura. Muitos homens do império liberal de origem humilde alcançaram títulos de nobreza. Apesar de sua cor e dessas outras dificuldades, Machado de Assis tinha certo jeito com a função pública, tendo em vista que o mesmo foi jornalista, poeta, escritor e exerceu o cargo político de ministro. Em 1897, com a fundação da Academia Brasileira de Letras, foi o primeiro presidente da mesma. Muitos já apreciavam seu trabalho desde cedo.

O autor, mesmo sendo o primeiro presidente da ACL e um grande escritor, teve uma vida calma. Este era muito tímido, segundo Moises Vellino sobre o referido autor, “a sua vida é sem relevo comparada à grandeza da obra, e que interessa pouco, enquanto esta interessa muito” (*in*: CANDIDO, 1995, p.3). Apesar de sua grande fama e relevância aqui no Brasil, o autor passou muito tempo desconhecido nos países exteriores porque a língua portuguesa não era tão popular e devido a política da época em que Machado de Assis era vivo, fator muito relevante. Candido considera a ex-impopularidade internacional dos textos machadianos chocante, pois os mesmos eram de aproximadamente 1888 a 1900 e já possuíam peculiaridades da ficção do final do século seguinte.

Para o teórico Candido, Machado de Assis cobria suas obras com respeito e boas maneiras para, em seu interior, ou em sua essência, mostrar, investigar e ironizar aspectos marcantes de uma sociedade e do homem presente nela. É claro que, só quem pode perceber tais fenômenos na obra do autor é o leitor atento, aquele capaz de descobrir as metáforas e compreender as ironias presentes no texto. O encanto das obras machadianas ocorre por, além da sua essência, metáforas, críticas e ironias, ser uma ficção atemporal.

Os grandes escritores utilizam em seus textos como recurso o *verbo literário*, os quais possuem vários significados e expressões. Machado de Assis utiliza tal recurso em suas obras, fato que contribuiu para que os seus leitores também o vissem como um grande escritor. Antônio Candido caracteriza o texto machadiano como possuinte de “ironia fina, estilo refinado, evocando noções de ponta aguda e penetrante, de delicadeza e força juntamente” (CANDIDO, 1995, p.3), Machado de Assis possuía um estilo próprio, escrevia com elegância e deixava seu texto com uma boa linguagem. São essas características que, segundo Antônio Candido,

fizeram com que os críticos vissem o autor como um grande escritor. Enquanto os escritores naturalistas atraíam seus leitores com descrições fisiológicas e desejos carnais, Machado de Assis valorizava, em sua ficção, temas que não ofendessem os princípios familiares. Os leitores da ficção machadiana, segundo Antônio Candido, caracterizam-na como pessimista, porém, apesar disso, a leitura de tais textos é agradável e divertida, pelo fato de o autor escrever com esta *fineza* e deixar o texto num tom humorístico que, apesar de apresentar uma crítica, torna a leitura divertida.

Os textos machadianos possuem muitas e das mais diversas intertextualidades, sejam elas sobre fenômenos bíblicos, científicos, históricos, místicos, etc. Basta analisar uma obra para perceber a riqueza de referências a outros textos. Assim, é perceptível que Machado de Assis era um homem culto e seus leitores, ao lerem suas obras, também incorporavam tal sentimento.

Com o falecimento de Machado de Assis, foram publicados diversos estudos sobre o mesmo. Inicialmente, o livro de Alcides Maya e uma conferência de Oliveira Lina na Sorbonne, esses foram considerados estudos *filosofantes* da sua obra, os quais buscavam compreender os aspectos filosóficos das obras machadianas. Em 1930 houve outra forma de estudar Machado de Assis, é a fase do estudo machadiano chamado *psicológica*, realizada por estudos de Augusto Meye e Lúcia Miguel Pereira. A fase *psicológica* almejava entender as relações entre a vida e a obra do autor. Com esses estudos, Candido cita algumas características do texto machadiano como a ambiguidade, relato dos sofrimentos do homem de forma direta e fina, humor, ironia e imparcialidade; e os principais problemas que se tornam conteúdos de suas obras, como de identidade, a associação entre ato e fato, a lógica do ato e a relação entre fantasia e a realidade. Segundo Pólvora (1945, p.43):

O ficcionismo machadiano reflete tão de perto aquela ambiência que o romancista pode ser considerado historiador, sociólogo. Onde termina a realidade, onde começa a ficção? Machado, na transposição do que vê, ouve e sente, vai além do cronista *fait-divers*; é o pesquisador, o interprete, o crítico do meio. Em seus romances e contos, e também nas crônicas políticas, é possível acompanhar-se a história dos últimos 50 anos do século XIX no Rio de Janeiro.

Com simplicidade, Machado de Assis consegue transpor em seus textos alguns problemas da sociedade e do homem, de forma bem humorada, fina e elegante, deixando assim seu texto agradável e divertido para o seu leitor.

CAPÍTULO 2

2. METODOLOGIA E ANÁLISE

No capítulo anterior apresentou-se o referencial teórico e a fortuna crítica relativa ao romance *Esaú e Jacó*, o ensaio de Roberto Schwarz e a análise dos textos de Machado de Assis, de Raymundo Faoro, *A pirâmide e o Trapézio*. Neste capítulo, pretende-se realizar uma análise com trechos específicos do referido romance apresentando as principais características políticas da obra *Esaú e Jacó* e relacionando-as com o referencial teórico visto no capítulo anterior. Para isso, a presente pesquisa utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa e o método indutivo, os quais serão esclarecidos a seguir.

2.1 O MÉTODO INDUTIVO E A PESQUISA QUALITATIVA

Um estudo, para ser considerado científico, necessariamente, deve constar métodos científicos. A metodologia científica possibilita alcançar o objetivo almejado do pesquisador, a qual é conceituada como teoria da investigação.

A metodologia científica possui vários métodos, que são: método indutivo, método dedutivo, método hipotético-dedutivo e método dialético. Esse trabalho utilizará o primeiro destes como procedimento para a realização da pesquisa. Assim, buscou-se aqui fazer uma breve análise do que é o método indutivo e o motivo pelo qual foi escolhido para elaborar essa pesquisa.

A metodologia indutiva é aquela que alcança resultados por meio de uma premissa inicial, na qual sua conclusão, segundo Lakatos, parte do específico para o geral. O método indutivo possui características semelhantes ao método dedutivo, a diferença entre eles é que no primeiro as fundamentações não são necessariamente verdadeiras, assim suas conclusões são prováveis, porém não obrigatoriamente verdadeiras; ao contrário do método dedutivo cuja premissa é verdadeira, então, sua conclusão também deve ser verídica.

Assim, é possível perceber alguns fatos no método indutivo: 1) a conclusão das premissas será de fatos ou coisas que não foram observadas; 2) a premissa vai de um caso específico, mas sua conclusão é generalizada; 3) ao perceber a ligação entre os fenômenos analisados, esta ligação torna-se uma afirmação que será generalizada.

Segundo Lakatos, o método indutivo é dividido em três etapas, que são: 1) observação dos fenômenos, a qual preza por uma análise e observação de determinado fenômeno; 2) constatar a relação entre tais fenômenos, que objetiva interligar os fenômenos para perceber a relação que têm entre si e 3) generalização da relação, a qual generaliza a relação constatada na etapa anterior.

Destarte, tendo como problema de pesquisa **Como as ideias políticas do Segundo Reinado são interpretadas no romance *Esaú e Jacó*?** O presente trabalho teve como abordagem a metodologia indutiva e a pesquisa qualitativa bibliográfica, a qual é necessária para deixar o pesquisador mais próximo da ciência a ser pesquisada e, a saber, o que outras pessoas pensam sobre a mesma. A pesquisa qualitativa bibliográfica é realizada por meio de documentos, sejam eles escritos ou não, particulares ou públicos.

A metodologia preza por técnicas científicas, as quais são utilizadas para chegar aos objetivos almejados. Independente dos métodos e técnicas de determinada pesquisa, a mesma utilizará diversas fontes de conhecimento para embasar o seu estudo, a qual será a primeira parte de uma pesquisa científica. Para uma ciência atingir seu propósito, necessariamente, utilizaram-se várias técnicas. A primeira parte de uma pesquisa é o recolhimento de informações e de várias fontes do campo de interesse de determinada pesquisa. Lakatos (2003) aconselha ao pesquisador que reveja e defina claramente seu objetivo para escolher a documentação que melhor se aplicará a sua pesquisa. Assim como há pesquisas certas e coerentes, há também estudos com fontes de conteúdo errôneas e inexatas. Cabe ao pesquisador conhecer técnicas para saber identificar a veracidade das informações.

2.2 COMPREENDENDO A ANÁLISE

Pretende-se realizar uma análise literária dos aspectos políticos do romance *Esaú e Jacó*, assim, inicialmente, é primordial compreender o que é uma análise literária. Moisés (1981, p.13) a conceitua como:

(...) um processo de conhecimento da realidade que não é exclusivo de ciência alguma, nem mesmo de filosofia alguma, religião alguma ou arte alguma. Sempre que um objeto, um conceito, uma equação matemática, uma ideia, um sentimento, um problema, etc., é decomposto em suas partes fundamentais, está-se praticando uma análise.

Assim, a análise literária é uma fragmentação de um texto literário em várias partes, a qual possibilita uma melhor compreensão de determinado aspecto presente no texto, no caso, nesta pesquisa, a política no romance *Esaú e Jacó*. Ao falar em análise de um texto literário, o referido autor denomina como texto literário “todo texto escrito que exprimir ficção, ou imaginação” (MOISÉS, 1981, p. 21).

Segundo Massaud, “toda crítica literária pressupõe análise” (MOISÉS, 1981, p. 14), pois a análise proporciona conhecimentos para a realização de uma crítica. Portanto, não se deve confundir análise literária com crítica literária, tendo em vista que uma pressupõe a outra.

O autor esclarece um dos objetivos principais da análise literária, que é “libertar o texto do peso morto dos preconceitos e das convenções ou das ideias passadas em julgado, a fim de redescobri-lo vivo, dinâmico, inesgotável e novo” (MOISÉS, 2007, p. 17) e, para isso, é necessário que o analista não leve seus preconceitos na hora da análise, pois o mesmo pode averiguar certo fato que ele percebeu na obra (que não estavam presentes nela) por causa de seus preconceitos, temperamento, fantasias, etc.

Para a realização de uma análise, é necessário que o analista saiba o objeto que almeja basear a sua concentração e enxergar fatos que não estão escritos, mas que o autor quis revelar. Às vezes, o que não está escrito quer dizer muito mais

daquilo que está exposto, por isso, é importante que o analista esteja atento ao realizar suas leituras. Segundo Massaud (1981, p.24):

A leitura em profundidade pressupõe sempre que o texto literário, sendo composto de metáforas, é ambíguo por natureza, ou seja, guarda uma multiplicidade de sentidos. Ler mal significa não perceber a extensão dessa ambiguidade, ou apenas percebe-la sem poder compreendê-la ou justificá-la.

2.3 SÍNTESE DA OBRA

Natividade (mãe dos gêmeos) e sua irmã Perpétua vão à cabocla do morro do castelo, esta fazia adivinhações do futuro. Natividade estava curiosa para saber do futuro dos seus gêmeos Pedro e Paulo. A cabocla revelou à mãe que os filhos teriam um grande futuro, mas enfrentariam muitas brigas entre si, aliás, enfrentavam desde quando estavam no ventre de Natividade. A mãe de Pedro e Paulo compreendeu o motivo pelo qual sentiu tantas dores durante a sua gestação. A caminho da carruagem, Natividade encontrou e ajudou o *irmão das almas* com dois mil-réis, este se chamava Nóbrega. O *irmão das almas* adquiria rendas para ajudar as almas da igreja, ou seja, o personagem deveria dar o dinheiro recebido ao templo cristão. Nóbrega nunca tinha recebido uma contribuição tão grande e, em vez de fazer com o dinheiro recebido o que deveria ser feito, empossou-se dele.

Ao chegar à casa, Natividade contou sobre as revelações da cabocla a seu marido, Santos. Este ficou curioso ao saber dessa desavença, porém satisfeito com a notícia de que seus filhos teriam um grande futuro. Santos sugeriu a sua esposa para que ele procurasse seu amigo Plácido, o qual era um grande mestre espírita, com o intuito de saber sobre essa desavença sobre os seus filhos. Natividade, por vaidade, fez com que seu marido jurasse a ela para que não fosse visitar Plácido, esta não queria que nenhum amigo da família soubesse das desavenças dos seus filhos e que Natividade procurou a cabocla do morro do castelo. Nos dias seguintes, o pai dos gêmeos tentou se distrair, foi ao teatro, visitou amigos, jogou cartas, mas o desejo de visitar Plácido para conversar sobre o futuro de seus filhos o atormentava e, mesmo prometendo À Natividade que não iria, foi à casa de Plácido.

Ao chegar à casa do amigo espírita, Santos encontra o Conselheiro Aires que também estava lá. Assim, Santos questiona a seus amigos se é possível dois irmãos se desentenderem antes de nascerem, mas não fala que essa desavença ocorreu com seus filhos. Aires garante a possibilidade de os irmãos terem uma desavença antes de chegarem ao mundo por vários motivos, um dos que mais surpreendeu Santos é o de disputarem para serem o primogênito, pois há alguns privilégios para o que nasce primeiro. Quando Aires vai embora, Santos conta toda a verdade para Plácido, a visita de Natividade à cabocla, as revelações desta e a desavença dos irmãos que falara de seus filhos Pedro e Paulo. Plácido ouviu atento e curioso o que seu amigo disse e considerou o fato raro, mas possível. A escolha do nome feita por Perpétua, esta era muito religiosa, para Plácido, não foi aleatória. Segundo o amigo de Santos, os gêmeos estavam predestinados a esses nomes Pedro e Paulo, os apóstolos que brigaram.

Os irmãos, assim como as desavenças, cresceram. Paulo era a favor do sistema republicano e estudou Direito, já Pedro era a favor da monarquia e cursou Medicina. Para piorar as desavenças, os dois irmãos apaixonam-se pela mesma jovem: Flora. “A rixa velha, que os desunia na vida, continuava a desuni-los no amor. Podiam amar cada um a sua moça, casar com ela e ter os seus filhos, mas preferiam amar a mesma” (ASSIS, 2010, p.134). Esta era filha do político Batista e, apesar de pertencer a uma família política, não herdou o gosto pelos assuntos governamentais.

Flora era uma jovem misteriosa, para o Conselheiro Aires era *inexplicável*. A jovem era muito íntima de Pedro e Paulo e possuía um sentimento verdadeiro com os dois, tal fato a fez adoecer, ter alucinações, além de deixá-la muito indecisa. Flora não queria magoar nenhum dos gêmeos dando preferencia a outro. Assim, com essa confusão de sentimentos, a jovem se mudou para a casa de D. Rita, irmã do Conselheiro Aires, para dar um tempo a si mesma e se afastar dos gêmeos. Porém, com pouco tempo na casa de D. Rita, a jovem falece, deixando todos, principalmente os gêmeos, desolados. É válido destacar que a filha de D. Cláudia morou por um tempo na casa de D. Rita, a jovem, antes, não conhecia a irmã do Conselheiro Aires, mas esta prestou um favor a *inexplicável* a pedido de seu irmão. Percebe-se que Machado de Assis aduziu nas entrelinhas de seu texto, o que

Roberto Schwarz caracteriza como abominável, que é o favor, conforme citado no primeiro capítulo desta pesquisa.

Os irmãos, apesar de terem sofrido com a perda da Flora, retomam as suas carreiras e ingressam na câmara, porém em lados opostos. Natividade estava satisfeita em ver seus filhos como a cabocla adivinhara: com um grande futuro, mas insatisfeita com as desavenças que ainda tinham entre eles. A mãe de Pedro e Paulo adoecera e no leito de sua morte fizera seus filhos jurarem a ela que não brigariam mais e seriam grandes amigos para o resto da vida. Pedro e Paulo, conforme o juramento que fizeram à Natividade, tornaram-se muitos amigos, mas isso não durou muito tempo. No fim a cabocla estava certa, os irmãos tiveram um grande futuro, mas não eram amigos.

2.4 ANÁLISE LITERÁRIA

O romance a ser analisado intitula-se como *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis (1839 – 1908), o qual foi publicado pela Editora Garnier, no Rio de Janeiro, em 1904. Como visto na síntese acima, a obra gira em torno dos irmãos gêmeos Pedro e Paulo que não se davam bem desde o ventre de Natividade e também depois:

Os gêmeos, não tendo que fazer, iam mamando. Nesse ofício portavam-se sem rivalidade, a não ser quando as amas estavam às boas, e eles mamavam ao pé um do outro; cada qual então parecia querer mostrar que mamava mais e melhor (ASSIS, 2010, p.43).

Por isso, o narrador utilizou a intertextualidade da história bíblica dos irmãos Esaú e Jacó, já que os personagens Pedro e Paulo tinham brigas desde antes de chegarem ao mundo, daí o termo *Ab ovo* encontrado na Advertência do romance, sem uma razão muito clara.

Esaú e Jacó estrutura-se em 121 breves capítulos e uma advertência antes deles. A linguagem da obra é direta e simples, característica da fase realista, ou

madura, de Machado de Assis. Todo o romance se perpassa no Rio de Janeiro, lugares como: o morro do castelo, a praia de Santa Luzia, o Palácio Nova Friburgo, a Rua Senador Vergueiro, Copacabana, Ilha Fiscal, Rua do Ouvidor e o Catete. Pode-se afirmar que o espaço do romance é o Rio de Janeiro devido a sua função na época. A cidade do Rio de Janeiro foi a capital do Brasil de 1763 a 1960, ou seja, o centro político e administrativo estava no Rio de Janeiro, assim como está representado na obra *Esaú e Jacó*.

Para desvendar os *segredos* do romance, uma análise se faz necessária, ou, como cita o narrador dessa mesma obra, a importância de se dar “1 par de lunetas para que o leitor do livro penetre o que for menos claro ou totalmente escuro” (ASSIS, 2010, p. 38), a qual, nessa parte, explica algo que não está assim tão claro. É preciso, após a leitura, refletir sobre os atos dos personagens para compreender a verdade proposta pelo texto. Segundo Assis, em *Esaú e Jacó*:

(...) leitor atento, verdadeiramente ruminante, que tem quatro estômagos no cérebro, e por eles faz passar e repassar os atos e fatos, até que reduz a verdade que estava, ou parecia estar escondida (ASSIS, 2010, p. 108).

Como visto na síntese, o enredo inicia-se com as irmãs, Natividade e Perpétua indo fazer uma visita à cabocla das adivinhações, a qual revela que os filhos de Natividade terão um grande futuro e muitas desavenças entre si. Pode-se dizer que o narrador utilizou tal recurso para prender o seu leitor, deixando-o curioso até o fim da obra para saber se tais adivinhações irão se concretizar. Mas, então, quem é este narrador? Aí está a figura do Conselheiro Aires, diplomata de carreira com aproximadamente 42 anos, um grande amigo da família de Santos. Aires narra a história em terceira pessoa, porém, intromete-se na mesma, opina e aduz o que pensa de forma direta e pessoal.

Antes do início do romance, há uma advertência que, se passar despercebida, o leitor pode não captar quem de fato é o narrador da história. “Quando o Conselheiro Aires faleceu, acharam-se lhe na secretária sete cadernos manuscritos, rijamente encapados em papelão (...). A hipótese de que o desejo do finado fosse imprimir este caderno em seguida aos outros” (ASSIS, 2010, p.11).

Mesmo esclarecendo, a advertência alimenta mais dúvidas, pois a mesma está anônima (note que não se sabe quem encontrou os cadernos com o termo “acharam-se”), ou seja, não se sabe quem é o editor do livro, mas sabe-se que quem o escreveu foi o Conselheiro Aires. Observe também a incerteza do editor proferindo a *hipótese* de um desejo do narrador, porém, talvez, não seja esse o desejo do mesmo. Tem-se aqui um tom ambíguo e instável que irá se perdurar por todo romance.

Além de Pedro e Paulo, há outros personagens na obra, só que esses, secundários. Natividade, a mãe dos gêmeos, é uma mulher muito vaidosa e ambiciosa, preocupa-se intensamente com o que os outros pensam sobre a mesma e principalmente com o sucesso de seus filhos, é de origem humilde, mas torna-se baronesa quando seu marido, Santos, conquista o título de barão. O barão de Santos é, inicialmente, um banqueiro, mas, no decorrer da obra, assume um importante cargo político, é ambicioso e ganancioso “também ele foi pobre, também ele nasceu em Maricá. Vindo para o RJ por ocasião da febre das ações (1855), dizem que revelou grandes qualidades para ganhar dinheiro depressa” (ASSIS, 2010, p. 22). Note aqui a alusão que o narrador faz a um fato que ocorreu no século XIX, a febre das ações. Esta ocorreu entre aproximadamente 1850 a 1855, quando houve empréstimo fácil e em consequência, gerou o enriquecimento de alguns e empobrecimento de outros. O personagem barão de Santos pode ser classificado na obra como um grande oportunista.

Flora, a jovem *inexplicável* do Conselheiro Aires, filha de D. Cláudia e de Batista, é uma jovem modesta e tímida, não apreciava festas públicas, mas adorava tocar piano. Quanto a seu pai, o Batista era um ex-presidente da província (foi exonerado, pois fora acusado de beneficiar alguém ilicitamente, mas o personagem nega dizendo ser só boatos da oposição) e participava do partido Conservador, tinha um desejo de voltar à carreira política, e era casado com a D. Cláudia, a qual influenciava bastante nas escolhas de seu marido, principalmente as políticas, pois, para Batista, “a política era menos opinião que uma sarna e ele precisava coçar-se com força” (ASSIS, 2010, p. 65). A mãe de Flora era ambiciosa, que também deseja que seu marido voltasse à carreira política com o intuito de pertencer à *boa sociedade* “era tão bom chegar a província! Tudo anunciado, as visitas a bordo, o desembarque a posse, os cumprimentos” (ASSIS, 2010, p. 64). Quando Batista era

presidente da província, D. Cláudia lia com muita satisfação a folha da oposição aduzindo fatos e calúnias sobre seu marido, esta se preocupava muito com o que os outros pensariam da mesma, a importância que D. Cláudia dá ao seu *status* social e os problemas identitários que Machado de Assis relata em seus textos é ilustre aqui. O objetivo da presidência de Batista não era beneficiar a população, mas, sim, a ascensão e o prestígio social que este cargo político gera consequência para ele e sua família.

Batista estava perto de conseguir o cargo que almejava, porém, o partido Conservador (era o deste personagem) saiu do poder. D. Cláudia, vendo essa mudança, manipula seu esposo dizendo que ele é e sempre foi liberal (era o partido que entrou no poder no lugar dos conservadores). Assim, o pai de Flora encara a afirmativa como um insulto, pois o mesmo sentia repulsa aos liberais, mas respeitava-os. D. Cláudia manipula seu marido totalmente inautêntico e este acaba concordando que sempre foi liberal, que concordara em ser conservador por influência de sua família, mas ele mesmo sentia repulsa dos liberais. Para justificar a si mesmo que não era conservador, Batista lembrou de um discurso que ouviu, o qual aduzia “não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal” (ASSIS, 2010, p. 91). Constata-se aqui a mímese do personagem.

Outro personagem que merece destaque, apesar de não aparecer muito, é o Irmão das Almas, este, inicialmente no enredo não possuía um nome próprio e é reconhecido pela sua função de irmão das almas, o qual deve adquirir dinheiro para contribuir na igreja. No início do romance, quando Natividade acaba de saber da revelação da cabocla, descendo o Morro do Castelo empolgada com o grande futuro de seus filhos doa a este irmão 2 mil réis. O irmão nunca recebeu uma quantia tão alta e ficou desacreditado ao ver a nota, chegando a acreditar que a nota era falsa. Mas, ao conferir, era verdadeira. O irmão continuou a pedir, em seguida, foi a igreja dar o que obteve para o representante da casa. Nesta parte, o personagem ouve vozes questionando-o o que ele iria fazer com tais dois mil réis, esse dinheiro era para as almas da igreja, e o irmão respondia essas vozes em seu pensamento dizendo que ele também tem uma alma!

Aqui está o jogo de vozes, a confusão que deixa o personagem atordoado sem saber o que fazer. Que voz deve vencer? É claro que a vencida foi a que beneficiou a si próprio (o personagem). Mais à frente na narrativa, este mesmo

personagem reaparece, só que agora o narrador o chama pelo seu nome, Nóbrega. Nóbrega tornou-se abastado, investiu e triplicou o dinheiro que recebeu. Parece que os que não estão no topo da pirâmide, no romance, não possuem identidade.

Um burro presente no romance também merece ser relatado aqui, quando Aires está a caminho de sua casa, avista um burro apanhando de seu dono por não andar, e seu dono queria que o seu animal caminhasse. Aires, muito reflexivo e observador, viu nos olhos do animal o seguinte monólogo:

Anda, patrão, atulha a carroça de carga para ganhar o capim de que me alimentas. Vive de pé no chão para comprar as minhas ferraduras. Nem por isso me impedirás que te chame um nome feio, mas eu não te chamo nada; ficas sendo sempre o meu querido patrão. Enquanto te esfalfas em ganhar a vida, eu vou pensando que o teu domínio não vale muito, uma vez que me não tiras a liberdade de teimar (ASSIS, 2010, p. 81).

Ora, mas o que será que Aires quis dizer com este monólogo? Apesar do burro ter de andar para deixar de apanhar, o mesmo continua parado pois a vontade dele é de permanecer parado, mesmo com a consequência de levar pancadas. Quando o burro em seu monólogo diz que o “domínio do patrão não vale muito, uma vez que me não tiras a liberdade de teimar” (ASSIS, 2010, p. 81), pode-se relacionar com os eleitores e a população, que, ainda que todas as regras e leis, nem todos cumprem, apesar das consequências.

Em 1888, com a República proclamada no romance, não era só o sistema de governo que estava em mudança, mas também a sociedade, tabuletas e também a ideologia política do personagem Batista, que era conservador, mas, passou a ser liberal, logo em seguida republicano. O perfil do personagem Batista assemelha-se com o de muitas pessoas (em suma, os políticos), as quais mudam de opinião, ou ainda não têm, para atingir os seus objetivos pessoais.

A tabuleta aludida no parágrafo acima pertence ao personagem Custódio, este possuía uma confeitaria que se chamava no Império *Confeitaria do Império*. Sua tabuleta já estava obsoleta, assim o personagem manda reformá-la. No

decorrer da revitalização da tabuleta, ocorre a mudança do sistema de governo. Custódio, ao saber disto, manda um recado aos pintores para que estes pintassem só até o “d”, pois ainda não decidira o que ia colocar no resto da tabuleta. Tal atitude foi promovida porque o velho estava com medo da oposição destruir sua tabuleta e até mesmo seu botequim.

Natividade, quando contou ao seu marido, Santos, que estava grávida, estavam voltando da missa de um falecido, João de Melo de Barros, numa igreja simples, S. Domingos. Essa missa ficou conhecida como a *missa do coupé*. O culto católico foi celebrado sem muitos lamentos e lágrimas, o falecido era apenas um conhecido de todos. A igreja, como relatado acima, era simples, o *coupé* surpreendeu os presentes na missa, os quais olhavam curiosos para a carruagem o casal que saía dela.

As outras missas vieram vindo, todas a pé, algumas de sapato roto, não raras descalças, capinhas velhas, morins de chita ao domingo, missa de tamanco, mas a missa do *coupé* viveu na memória por muitos meses (ASSIS, 2010, p.22).

Como visto no primeiro capítulo, o crítico Faoro relata que a ficção machadiana está envolvida no homem visualizado, são as carruagens que representam a referida visualização. Um dos objetivos desse transporte é o de representar a função social do homem, percebe-se o motivo pelo qual os fiéis da igreja lançavam olhares curiosos ao *coupé* e aos donos da carruagem. O nome do título do referido capítulo que relata esse episódio é “A missa do *coupé*”, assim, o narrador alude à importância de como o homem da sua obra é representado por meio de carruagens.

Não me peças a causa de tanto encolhimento no anúncio e na missa, e tanta publicidade na carruagem, lacaio e libré. Há contradições explicáveis. Um bom autor, que investe a sua história, ou prezasse a lógica aparente dos acontecimentos, levaria o casal Santos a pé ou em caleça de praça ou de aluguel, mas eu, amigo, eu sei como as coisas passaram, e refiro-os tais quais (ASSIS, 2010, p.23).

A caminho de casa, a mãe dos gêmeos cruzou com a carruagem de seu marido, este estava curioso para saber da visita à cabocla do castelo, mas Natividade disse que só contaria tudo quando chegassem em casa. A mãe de Pedro e Paulo estava a caminho de sua residência e Santos estava indo ao seu escritório. Na carruagem de Santos, ao andar próximo ao palácio Nova Friburgo (funcionava como residência do barão e da baronesa de Nova Friburgo do Segundo Reinado) tem um devaneio: imagina-se morando no palácio, mas não pensava nas responsabilidades de um barão, apenas nas festas, comemorações e celebrações que poderia dar ali para causar inveja em amigos e inimigos e ser visto pela sociedade.

Percebe-se aqui o tempo do romance, o qual é classificado como cronológico, pois o enredo possui uma ordem linear, mas é também psicológico, devido ao fato de haver vários momentos da narrativa em que os personagens relembram lembranças e têm devaneios, os quais são citados na obra.

Santos tinha uma casa bela de se morar, mas, apesar disso, não era como o palácio. O pai de Pedro e Paulo desejou ter o Palácio apenas por ganância e para causar inveja em conhecidos. Santos não é o único desse romance a ter esse sentimento. Observe aqui que até mesmo o espaço do romance está envolvido com os aspectos políticos do Segundo Reinado, é o caso desse palácio ou dos bailes que ocorrem para celebrar algo, mas que alguns personagens comparecem a ele com interesses políticos, como veremos a seguir.

O baile da ilha Fiscal foi uma festa realizada para condecorar oficiais do Chile, muitos convidados iam para dançar, já outros para observar os outros dançarem, mas para D. Cláudia, o baile tinha outra causa.

(...) ela pensava no baile da ilha Fiscal, sem a menor ideia de dançar, nem a razão estética da outra. Para ela, o baile da ilha era um fato político, era o baile do ministério, uma festa liberal, que podia abrir ao marido as portas de alguma presidência. Via-se já com a família imperial. Ouvira a princesa: — Como vai, D. Cláudia? — Perfeitamente bem, Sereníssima senhora. E Batista conversaria com o imperador, a um canto, diante dos olhos invejosos que tentariam ouvir o diálogo, à força de os fitarem de longe (ASSIS, 2010, p. 93).

Outro baile que foi realizado no decorrer do enredo foi o último do ano e o primeiro após a proclamação da República, o narrador não cita o nome do baile. Pedro comparecera a esse baile para comemorar o novo regime de governo, já seu irmão, o monarca, ausentou-se. É possível perceber a relação da política para com o baile, enquanto um dos irmãos comparece ao baile, o outro deixa de ir justamente pelo fato de ser o primeiro após a proclamação da República: “— Por que é que seu irmão não veio? perguntou ela. Paulo enfiou; depois de alguns instantes: — Pedro é teimoso, disse. Teimou em recusar o convite. Crê naturalmente que a monarquia levou a arte de dançar” (ASSIS, 2010, p.133).

O mesmo ocorre quando os gêmeos conheceram a jovem Flora, “a gente Batista conheceu a gente Santos em não sei que fazenda [...]. A ida à fazenda tivera por objeto exatamente uma conferência política para fins eleitorais” (ASSIS, 2010, p. 62).

Os irmãos, apesar de serem idênticos, são opostos e é aqui que está a essência, o contraste e a ambiguidade da romance, pois o narrador dialoga diversas vezes com o leitor mostrando as desavenças dos irmãos. Estes são diferentes por ter posições políticas opostas, mas, no fundo, são iguais. É o que demonstra Flora com suas alucinações:

Em caminho, depois do desembarque, não obstante virem os gêmeos separados e sós, cada um no seu coupé, cismou que os ouvia falar; primeira parte da alucinação. Segunda parte: as duas vozes confundiam-se, de tão iguais que eram, e acabaram sendo uma só. Afinal, a imaginação fez dos dois moços uma pessoa única (ASSIS, 2010, p.148).

Não só Flora constata isso, mas também o Conselheiro Aires no fim do enredo, quando os gêmeos já são deputados e voltam à Câmara, um tempo depois do falecimento de Natividades, como rivais, outro deputado afirma que os dois voltaram diferentes, a briga provavelmente deve ser por algo relacionado a heranças, mas Aires sabe que os irmãos são os mesmos de sempre:

- O senhor que se dá com eles diga-me o que é que os fez mudar, concluiu o amigo. – Mudar? Não mudaram nada; são os mesmos. – Os mesmos? – Sim, são os mesmos. – Não é possível. Tinham acabado o almoço. O deputado subiu ao quarto para se compor de todo. Aires foi esperá-lo à porta da rua. Quando o deputado desceu, vinha com um achado nos olhos. — Ora, espere, não será... Quem sabe se não será a herança da mãe que os mudou? Pode ter sido a herança, questões de inventário... Aires sabia que não era a herança, mas não quis repetir que eles eram os mesmos, desde o útero. Preferiu aceitar a hipótese, para evitar debate, e saiu apalpando a botoeira, onde viçava a mesma flor eterna. (ASSIS, 2010, p. 208)

Pode-se verificar na citação supracitada algo que não está tão explícito no texto, quando o Conselheiro afirma que os gêmeos “são os mesmos desde o útero de Natividade” (ASSIS, 2010, p. 208). Ora, mas essa mesmice é apenas a aparência e as desavenças? Não, não, é também a ideologia, que, apesar de terem nomes diferentes, não mudam nada. É por isso que Flora não consegue se decidir com qual dos gêmeos quer ficar, pois, ironicamente, são os mesmos, a aparência é a mesma. O mesmo ocorre com os fatos políticos, o sistema de governo, assim como Pedro e Paulo, possuem nomes diferentes, mas a essência, a raiz, a aparência são iguais!

Em outro momento do enredo, um personagem pergunta aos irmãos quando eles nasceram. Paulo, o republicano, responde “nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono”, já Pedro, o monarca, “nasci no aniversário do dia em que sua majestade subiu ao trono”. Apesar de terem ideias contrárias, os irmãos possuem atitudes semelhantes com essas desavenças infantis, e o mesmo ocorre com a passagem da Monarquia para a República, que de fato não muda nada, apenas as pessoas que estavam no governo.

Com o crescimento dos irmãos, cada um já tinha formado a sua opinião política. É o que demonstra no capítulo XIX, cujo nome é *Robespierre e Luís XVI*, nesta parte, os jovens passam por uma vidraçaria que tinha retratos e gravuras de políticos, entre eles estavam as de *Luís XVI* e de *Robespierre*. Como citado na primeira parte dessa pesquisa, o autor Machado de Assis era um homem culto, que aduz intertextualidades em seu texto deixando que seus leitores incorporem tal sentimento. Assim, o narrador utilizou as gravuras desses representantes de forma sutil para transparecer o pensamento de cada irmão. Pedro, com *Luís XVI*; e Paulo

com *Robespierre*, um dos maiores líderes da Revolução Francesa representante dos direitos iguais e da oposição ao sistema monárquico.

Natividade, vendo toda a desarmonia de seus filhos, entristecida e não sabendo mais o que fazer para acabar com isso, recorre a seu amigo Aires, pedindo-lhe que tente de alguma forma harmonizá-los. Assim, Aires marca um encontro com os jovens uma vez na semana para partilharem uma boa conversa e bons momentos, este se torna o mentor dos gêmeos. É como se a mãe dos meninos passasse uma parte de sua responsabilidade a Aires, pode-se dizer que a educação está mais exposta nesta parte do romance.

Voltando à personagem *inexplicável* Flora, após o seu falecimento pode-se estabelecer uma comparação desta com o país, tendo em vista que os irmãos representavam a monarquia/república, pode-se aduzir que a personagem representa no romance o Brasil, e talvez mensagem do autor seja para que não deixemos que as ideologias políticas acabem com o nosso país.

Os regimes de governos relatados na obra são a Monarquia e a República. A Monarquia é uma das mais antigas formas de governo, a qual, o principal representante fica no poder até a sua morte e é “escolhido” hereditariamente, ou seja, o filho mais velho recebe a coroa. Já a República é uma forma de governo “democrática”, a qual os cidadãos elegem o seu representante principal por meio de uma eleição. O Segundo Reinado ocorreu no Brasil entre os anos de 1840 a 1889, neste último ano foi proclamada a República. Percebe-se que Machado de Assis utilizou vários recursos em sua obra *Esaú e Jacó* para relatar esta passagem de governo e algumas críticas sobre o sistema e a sociedade brasileira. Machado de Assis consegue interpretar de forma excepcional as ideias políticas do Segundo Reinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa pesquisa era realizar uma análise do romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis com o intuito de responder à pergunta “**Como as ideias políticas do Segundo Reinado são interpretadas no romance *Esaú e Jacó*?**”, a qual tinha como hipótese central que o narrador interpreta tais aspectos políticos na obra por meio de ambiguidades, intertextualidades, tiradas jocosas e intervenções (do narrador). Assim, para responder essa questão, foi realizada uma pesquisa qualitativa bibliográfica que utilizou como abordagem teórica o ensaio de Roberto Schwarz, o qual tenta compreender os aspectos principais da identidade da sociedade brasileira; posteriormente o de Raymundo Faoro, este relata e analisa como a sociedade do Segundo Reinado se organiza dentro do romance machadiano. Em seguida, apresentou-se um ensaio de Antônio Candido para a compreensão de teorias e estudos machadianos, seguidamente foi exposta uma contextualização de Massaud Moisés do que foi o Realismo e características desse movimento no romance machadiano.

Com a leitura do romance *Esaú e Jacó*, puderam-se perceber características do texto machadiano e as sensações que o mesmo provoca. Machado de Assis, ou, o narrador do romance (Aires) relata os problemas da sociedade de forma sutil, direta e delicada, encantando seu leitor. No romance, a figura do conselheiro Aires se faz necessária, não só pelo fato de ser um importante personagem, mas também por narrar o enredo com intervenções que demonstram sua opinião sobre vários assuntos. O autor analisa os aspectos psicológicos do ser humano, conseguindo compreender a essência deste e transpor esta ao seu leitor. Como visto no decorrer dessa pesquisa, Machado de Assis viveu a maior parte da sua vida no período do Império, assim, utilizou os problemas que viu na sociedade do Segundo Reinado como conteúdo do referido romance. Já com a análise do mesmo romance, pode-se constatar a maneira como os aspectos políticos são representados na obra.

Esaú e Jacó é um romance que conta a história de dois irmãos gêmeos idênticos que vivem sempre em grandes desavenças e se apaixonam pela mesma jovem, a Flora. Além disso, o período do enredo da narrativa é a passagem da monarquia à República. Uma das propostas do estilo realista é a de relatar os

problemas e abalamentos de uma sociedade, o ficcionista analisa os aspectos e problemas que irão servir de conteúdo para sua ficção como um sociólogo, fato que pode ser constatado na obra *Esaú e Jacó*.

Com a análise do referido romance, pôde-se constatar que os personagens presentes fazem parte do topo de uma pirâmide social, ou seja, a maioria desses personagens faz parte da *boa sociedade* ou, se não, tem determinado poder econômico. Além disso, pôde-se verificar que, como um dos principais temas do romance é a política e os personagens da narrativa estão no *topo da pirâmide*, percebe-se explicitamente a oligarquia que o narrador expõe nas entrelinhas de seu texto.

Assim, pode-se concluir que as ideias políticas estão representadas no romance nas entrelinhas do texto, com intervenções do narrador, ambiguidades presentes, que somente o leitor atento pode compreender; devaneios de personagens imaginando-se dialogando com o Imperador, o desejo de alguns personagens para ingressarem no Senado e até mesmo com algum elemento representativo, no caso, retratos de importantes líderes de uma Revolução.

Apesar de o romance ter sido escrito no século XIX, ele é atemporal, ou seja, há muitos problemas abordados em seu enredo que se fazem presentes ainda hodiernamente. Por isso, mesmo com a contribuição que essa pesquisa trará, é interessante outras pessoas continuarem, com novos estudos e temáticas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. 17ª ed. São Paulo – SP: Ática, 2004.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. São Paulo – SP: Saraiva, 2010.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 1ª ed. São Paulo – SP: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antônio. **Esquema Machado de Assis** _ in: *Vários Escritos*. 3ª ed. rev. e ampl. - São Paulo: Duas Cidades, 1995.

FAORO, Raymundo. Machado de Assis: **A pirâmide e o trapézio**. 3ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora Globo, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo – SP: Atlas, 2005.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. 6ª ed. São Paulo – SP: Cultrix, 1981.

MOISÉS, Massaud. **A prosa realista: o romance**. In: *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1978.

PÓLVORA, Hélio. **Graciliano, Machado, Drummond e outros**. São Paulo: Francisco Alves, 1975.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades. Editora 34, 1977. p.11-31.